

O resultado fiscal do primeiro semestre e a meta de primário

Produção industrial no primeiro semestre

Confiança da indústria gaúcha avança em julho

Demanda interna volta a ser o maior problema do setor industrial gaúcho

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Assis Brasil, 8787 Fone: (051) 3347.8731 Fax: (051) 3347.8795

UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS

www.fiergs.org.br/economia

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista desta Federação. É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

O resultado fiscal do primeiro semestre e a meta de primário

Muito se discutiu nas últimas semanas sobre a possibilidade de revisão da meta de resultado primário do Governo Central para 2017, atualmente fixada em R\$ 139 bilhões negativos. A discussão vem à tona pelos maus resultados acumulados nos primeiros seis meses de 2017. De fato, em que pese o adiantamento de precatórios, o resultado primário no primeiro semestre não é nada animador. O Gov. Central acumula um déficit de R\$ 54,6 bilhões, número R\$ 19,6 bilhões maior do que o observado no mesmo período de 2016.

Em artigo recentemente publicado, o ex-presidente do Banco Central, Francisco Lopes, questiona a discussão a respeito da meta fiscal. Segundo ele, com a aprovação do Novo Regime Fiscal (NRF), que estipula um teto para os gastos primários da União, a meta de resultado primário perdeu o sentido. Na sua visão, o teto da despesa passou a ser a nova e única meta fiscal.

O argumento segue o seguinte raciocínio: é fato estilizado que as receitas tributárias variam conforme o ciclo, isto é, tendem a aumentar em períodos de expansão da atividade econômica e a se contrair na recessão. Logo, o Governo tem quase nenhum controle sobre elas. Por outro lado, as despesas são limitadas pelo teto dos gastos. Portanto, se o teto de gastos for atingido, a única forma de não se alcançar a meta de primário é via frustração de receita. Sob esta ótica, quando a economia voltar a crescer, naturalmente voltaremos a ter superávits primários, “compensando” assim os déficits de períodos recessivos, e estabilizando

a dívida no longo prazo. Assim, uma única meta sobre o nível de despesa seria suficiente.

A argumentação faz sentido. No entanto, a discussão tem caráter mais acadêmico do que administrativo. Antes de “abandonarmos” a meta de primário, é necessário, primeiro, que se altere a Lei de Responsabilidade Fiscal, pois ela estabelece como crime de responsabilidade o não cumprimento da meta fixada na LDO. Além disso, em função da elevada rigidez do orçamento, controlar o gasto público sem reformas estruturais não é tarefa fácil. O ritmo de crescimento da despesa primária é, historicamente, muito acima da inflação. Vale lembrar que o NRF estabelece a inflação como o teto de crescimento da despesa.

Ao analisarmos os dados do primeiro semestre, vemos que a despesa cresceu 4,8% em termos nominais no acumulado no ano, quando o limite permitido pelo teto é de 7,2%. Entretanto, desagregando os dados, vemos que as duas maiores rubricas cresceram acima do teto: os benefícios previdenciários se expandiram em 11% e o gasto com pessoal e encargos sociais cresceu 16%, justamente por serem despesas obrigatórias. O que vem garantindo que a despesa esteja abaixo do teto é o corte de 12,4%, em termos nominais, nas despesas discricionárias. No entanto, alerta-se que este corte tem limite. Nem todas estas despesas discricionárias podem ser cortadas. A solução passa por reformas estruturais nas despesas obrigatórias, cujo crescimento é inercial.

Produção industrial no primeiro semestre

Na semana passada, o IBGE divulgou os dados da produção industrial do Brasil para o mês de junho. Após dois meses consecutivos de crescimento na quantidade produzida, acumulando 2,5% de expansão, a indústria nacional apresentou variação nula (0,0%) na comparação com o mês imediatamente anterior. Entretanto, na comparação com junho de 2016, a produção cresceu 0,5%. Na variação acumulada em doze meses, o sinal ainda é negativo (-1,9%), mas segue caminhando lentamente em direção ao campo positivo. Esse é o maior valor nesta base de comparação desde setembro de 2014, tendo avançado 0,5 ponto percentual em relação maio.

No índice acumulado no primeiro semestre, a produção se expandiu em 0,5%. O resultado foi o melhor para o acumulado de janeiro a junho desde 2013. Mais do que isso, foi o primeiro semestre positivo depois de seis semestres consecutivos de queda. Todavia, isso se deve mais aos resultados extremamente desfavoráveis de 2016 e 2015, do que por apontar uma trajetória de expansão para o setor industrial.

Entre os ramos pesquisados, destacam-se os resultados positivos na produção de Veículos, na Metalurgia e em Máquinas e equipamentos, que

registraram variação acumulada no primeiro semestre de 11,7%, 3,6% e 2,4%, respectivamente. No campo dos segmentos que apresentaram variação negativa, vale ressaltar Produtos de metal (-1,7%), Minerais não-metálicos (-3,9%) e Derivados de petróleo (-7,6%).

Terminado o primeiro semestre, observa-se um cenário mais otimista do que o registrado no ano passado. No entanto, para que se possa afirmar que há uma recuperação econômica consistente na Indústria, são necessários períodos de crescimento consistentes e consecutivos.

Produção Física Industrial – Setores selecionados (%)

| | jun17/ maio17* | jun17/ jun16 | Acumulado jan-jun | Acumulado 12 meses |
|-------------------------|-------------------|-----------------|----------------------|-----------------------|
| Indústria Geral | 0,0 | 0,5 | 0,5 | -1,9 |
| Veículos | -3,9 | 6,7 | 11,7 | 5,3 |
| Metalurgia | 0,2 | 0,0 | 3,6 | 1,4 |
| Máquinas e equipamentos | 2,0 | 5,7 | 2,4 | -2,6 |
| Produtos de metal | -2,0 | -2,9 | -1,7 | -4,4 |
| Minerais não-metálicos | 0,0 | -4,6 | -3,9 | -7,1 |
| Derivados de petróleo | -1,7 | -5,3 | -7,6 | -9,5 |

Fonte: IBGE. *na série com ajuste sazonal.

Confiança da indústria gaúcha avança em julho

Depois de três quedas seguidas, a confiança da indústria voltou a subir no início do segundo semestre no estado. O Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI/RS) atingiu 53,2 pontos em julho, alta de 0,5 ponto ante junho. Variando de 0 a 100, o índice revela presença de confiança quando acima dos 50 pontos, mas a proximidade indica bastante moderação.

O ICEI/RS é composto por dois indicadores: o Índice de Condições Atuais (ICA) e o Índice de Expectativas (IE), que, por sua vez, são obtidos a partir da avaliação dos empresários com relação às condições e às expectativas sobre a economia brasileira e a própria empresa. O nível de 50 pontos é a marca divisória de condições/expectativas negativas, quando abaixo, e positivas, quando acima.

Em julho, os industriais gaúchos avaliaram de forma ainda mais desfavorável o momento atual dos negócios na comparação com junho. O Índice de Condições Atuais (ICA) recuou de 48,5 para 47,5 pontos. A maior contribuição veio do componente que mede a situação das empresas, que voltou à zona de piora ao marcar 49,0 pontos em julho, retração de 1,5 pontos sobre junho. As condições da economia brasileira também se agravaram em julho: o índice caiu 45,0 para 43,8 pontos, seu nível mais baixo em seis meses.

Apesar das condições atuais adversas, os industriais gaúchos se mostraram mais otimistas com o futuro. De fato, o indicador de expectativas (IE) para os próximos seis meses foi de 56,1 pontos, alta de 1,3 ponto ante

junho, o que reverteu parte da forte queda anterior decorrente do acirramento da crise política. O índice referente à economia brasileira aos 49,0 pontos ficou 1,6 acima de junho, mantendo-se na faixa negativa (abaixo dos 50 pontos) e projetando a manutenção do cenário desfavorável para a economia nos próximos seis meses. Por outro lado, com relação às próprias empresas, os empresários ficaram mais otimistas: o índice subiu de 58,8 para 59,8 pontos.

A confiança dos industriais gaúchos segue influenciada muito mais pelas expectativas do que pela situação atual. Isso ocorre pelos sinais animadores na economia brasileira, como a geração de emprego formal, juros e inflação declinantes e exportações em ascensão, mesmo que o ambiente seja ainda recessivo e de grande incerteza devido ao quadro político instável.

O cenário descrito pelo ICEI/RS coincide, de modo geral, com aquele apontado nas demais pesquisas da FIERGS, segundo as quais a atividade do setor passa por um processo de estabilidade após a mais longa e profunda recessão da história, sustentando também o prognóstico de retomada lenta e gradual durante o segundo semestre.

Vale destacar, por fim, que é fundamental para a sustentação da confiança a aprovação, além da trabalhista, da Reforma da Previdência, indispensáveis para criação das condições estruturais necessárias à recuperação da economia brasileira.

Demanda interna volta a ser o maior problema do setor industrial gaúcho

De acordo com a Sondagem Industrial do RS de junho de 2017, a produção e o emprego caíram em relação a maio. O índice que mede o primeiro foi de 48,7 pontos. Apesar disso, o valor foi o maior para o mês desde 2010, revelando que, embora seja comum nesse período, a contração em 2017 foi a menos intensa para junho desde então. Já o índice de emprego foi de 48,2 pontos em junho. Abaixo dos 50 pontos, os indicadores revelam queda na comparação com maio.

Em junho, a indústria gaúcha utilizou 64% da capacidade instalada, mesmo patamar de abril e maio. O uso no mês ficou, na opinião dos empresários, abaixo do normal: o índice de UCI-usual foi 38,6 pontos. Nesse caso, os 50 pontos, que não são atingidos desde abril de 2013, representam o normal para cada mês.

A queda da atividade em junho levou à redução dos estoques, que, depois de cinco meses, voltaram a ficar próximo do nível planejado pelas empresas: o índice caiu para 50,8 pontos. Acima de 50, revela pequeno excesso de estoques, que estão mais perto do planejado quanto mais próximo estiver o índice dessa marca.

A Sondagem referente ao segundo trimestre de 2017 mostrou que é grande a insatisfação dos empresários com a situação financeira (42,8 pontos) e com a margem de lucro (38,2 pontos); e o acesso ao crédito

(35,6 pontos) continuou difícil, situações retratadas quando os índices ficam abaixo dos 50 pontos.

Os principais problemas da indústria gaúcha no segundo trimestre de 2017 continuaram os mesmos do trimestre anterior, apenas mudaram de posição no ranking. Não foram os impostos, usualmente vistos como o maior entrave, o que mais limitou o desempenho do setor, mas a demanda interna insuficiente, que recebeu quase a metade (49,4%) das assinalações. A elevada carga tributária desta vez foi o segundo maior problema, assinalada por 46,1% dos respondentes. Em seguida, figuram os juros altos (23,2% das respostas), a inadimplência dos clientes (22,4%) e a falta de capital de giro (20,8%).

Para os próximos seis meses, a perspectiva da indústria gaúcha é de maior demanda, menos demissões e menos investimentos. O índice de expectativa de registrou 56,4 pontos em julho e o de emprego marcou 49,3 pontos. Os empresários também esperam aumentar as exportações (55,3 pontos). Leituras acima de 50 pontos indicam expansão. Já a intenção de investimento para também voltou a cair em julho. O índice foi de 45,8 pontos, revela que a parcela de empresas que não pretende investir (58,5%) supera a que pretende (41,5%).